

## **PARADOXO DA ABUNDÂNCIA: RENTISMO E [SUB]DESENVOLVIMENTO NA VENEZUELA BOLIVARIANA**

### **ABUNDANCE PARADOX: RENTISM AND [UNDER] DEVELOPMENT IN BOLIVARIAN VENEZUELA**

**Pedro Henrique Moraes Cicero<sup>1</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais  
Universidade Federal de Uberlândia  
Uberlândia – Minas Gerais – Brasil

**Ana Carolina Lima Gomes<sup>2</sup>**

Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados nas Américas  
Universidade de Brasília  
Brasília – Distrito Federal – Brasil

**Resumo:** O artigo analisa o processo de consolidação da estrutura rentista-petroleira que caracteriza a base econômico-política venezuelana, apontando suas especificidades e, em especial, os “efeitos colaterais” dela decorrentes. A partir de considerações gerais sobre o tema, o texto trata de como o governo Chávez se posicionou em relação à dependência do país ante a exportação petrolífera. Ao longo dos dois primeiros mandatos (1999-2007), Chávez imprimiu políticas compatíveis às propostas de integração entre a economia nacional protagonizada pelo Estado e o mercado energético internacional, lançando as bases para a retomada do protagonismo do setor público sobre os negócios petroleiros estabelecidos na Venezuela. Já no último termo presidencial (2007-2013), num cenário inicial marcado pelo considerável aumento no preço internacional do combustível, o projeto bolivariano de “Socialismo do Século XXI” avançou em direção ao planejamento econômico centralizado, pautado no sistema de Empresas de Capital Misto, no qual o Estado consolidou-se como principal proprietário, gerente e distribuidor da renda petroleira. Entretanto, em que pesem a formulação e consolidação de medidas inovadoras, o governo bolivariano não logrou levar a cabo a diversificação do aparelho produtivo nacional, situação esta que manteve o país em posição subalterna e periférica no contexto das Relações Econômicas Internacionais hodiernas.

**Palavras-Chave:** Venezuela. Rentismo. Revolução Bolivariana.

**Abstract:** The article analyses the consolidation of the oil-rentier structure, the basis of the Venezuelan political economy, pointing out its specificities and the “side effects” that result from it. Based on general considerations on the issue, the text reveals the way in which the Chávez administration has positioned itself in relation to the country's dependence on oil exports. During his first two terms (1999-2007), Chávez issued policies towards the integration between the national economy led by the State and the international energy market, laying the foundations for the resumption of public sector leadership in the oil business. For its turn, in the last presidential term (2007-2013), the Bolivarian project of “Socialism of the 21st Century” advanced towards centralised economic planning, based on Mixed Capital Companies, in which the State consolidated itself as the majority owner, manager, and distributor of oil income, in an initial scenario marked by the considerable increase in the international price of oil. However, in spite of the innovative measures tried, the Bolivarian government has not managed to carry out the diversification of the national productive apparatus,

---

<sup>1</sup> pedrohenrique@ufu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4042-9832>

<sup>2</sup> limagomescarol@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6043-1273>

a situation that has kept the country in a subordinate and peripheral position in the context of today's International Economic Relations.

**Key-words:** Venezuela. Oil-Rentism. Bolivarian Revolution.

**Recebido:** 21/05/2020

**Aprovado:** 06/09/2020

### **Considerações iniciais**

O processo histórico que conduz à consolidação, ao crescimento e à posterior “hipertrofia” do setor petrolífero na Venezuela, dada sua importância para a estrutura econômica, social e política do país, é fartamente documentado (Córdova, 1963; Eraso, 2001). Conforme sintetizado por Celso Furtado (2008), a condição rentista faz do país caribenho um caso “sui generis”, o qual vem sendo debatido e analisado com profundidade há décadas, em especial no que concerne ao peso desproporcional e aos impactos econômicos (positivos e negativos) decorrentes da massiva exploração do “óleo da pedra” (Maza Zavala, 2001; Morales Espinoza, 2009 e Parra Luzardo, 2009).

O presente artigo busca contribuir para o referido debate ao analisar, especificamente, as mais relevantes ações encampadas ao longo dos mandatos presidenciais exercidos por Hugo Chávez Frías (1999-2013) tanto no manejo dos ativos petrolíferos como fonte de financiamento de suas auspiciosas políticas públicas como, também, em sua tentativa de tornar a economia venezuelana menos dependente do comércio internacional do combustível.

Nesse contexto, a análise está segmentada em duas seções. Na primeira delas, abordam-se as especificidades econômicas e sócio-políticas que decorrem da estrutura rentista. Retoma-se, para isso, a trajetória histórica que, de maneira fulminante, alterou a estrutura produtiva do país por completo, desconstruindo o secular passado agroexportador e fazendo da Venezuela uma “nação petrolífera”. Apontam-se, pois, as características do Rentismo Petrolífero como centro da atividade econômica, problematizando os seus “efeitos colaterais” ante os demais setores produtivos.

Por sua vez, a segunda seção abordará a maneira pela qual a questão foi tratada ao longo do governo Chávez. Para tanto, serão apresentadas as principais iniciativas governamentais impulsionadas no intuito de, num primeiro momento, retomar o controle diretivo da atividade petrolífera nacional para, então, na medida do possível, arrefecer a dependência relacionada ao ingresso dos petrodólares. Por fim, serão apontadas breves considerações sobre a efetividade [ou não] dos esforços empreendidos pelo governo bolivariano em seu objetivo de diversificar as bases da economia do país caribenho.

## 1. Rentismo Petrolífero e [sub]desenvolvimento na Venezuela

1927. Este foi o marco inicial de uma nova era na Venezuela. Naquele ano, pela primeira vez, as exportações de petróleo e outros minérios superaram as exportações agrícolas em sua balança comercial. O “ouro negro” rapidamente catapultou o crescimento econômico do país, reposicionando-o, também, na política de poder regional (Maringoni, 2004). Já neste primeiro momento, as atividades de exploração das vastas jazidas venezuelanas aumentaram significativamente a escala da economia do país. Em decorrência da nova conjuntura, consolidou-se um mercado interno mais amplo e capaz de absorver uma maior produção mercantil, tanto no campo quanto nas cidades. Colocou-se de lado, pois, o passado caracterizado pela produção agroexportadora e, em seu lugar, consolidou-se um modelo estruturalmente limitado pela monoprodução petrolífera (Mommer, 2002).

Por sua vez, o Estado venezuelano se firmou como principal beneficiário (nacional) dos recursos provenientes do comércio petrolífero ao receber *royalties* pagos pelas empresas transnacionais – que, por ampla margem, capitalizam a maior parte dos lucros aferidos no negócio – responsáveis pela operação do negócio. Foi a partir deste aporte financeiro que se ergueu a chamada “*Venezuela Gomecista*”, sendo este o primeiro regime político a estabelecer, efetivamente, a unidade nacional venezuelana após um século de guerras civis pós-independência. O General Juan Vicente Gómez (1857-1935) é, sem dúvidas, a mais proeminente figura política venezuelana da primeira metade do século passado. Exerceu o cargo de presidente da Venezuela, onde governou em ditadura de 1908 até a sua morte. Responsável pela consolidação do Exército nacional, Gómez obteve apoio internacional ao ser abertamente receptivo à exploração estrangeira das recém-descobertas jazidas de petróleo.

Para tanto, o governo Gómez investiu no desenvolvimento de infraestrutura, objetivando, em especial, a interligação do território através da construção de rodovias. As obras de grande porte fomentaram o crescimento dos negócios ligados à “indústria da construção”, ou seja, fábricas de materiais e serviços relacionados à construção civil, os quais enriqueceram a partir das empreitadas comerciais proporcionadas pelo setor público venezuelano (Baptista, 1991).

Concomitantemente, e como consequência da situação acima exposta, deu-se o êxodo rural, pois os camponeses das áreas agroexportadoras foram impelidos a buscar trabalhos mais rentáveis nos campos de petróleo. Para além das transformações na estrutura demográfica, o êxodo rural também trouxe consigo o pronunciado declínio da produção agrícola no país, situação problemática enfrentada até os dias de hoje, que faz os índices de importação de víveres e outros produtos alimentícios atingirem patamares extremamente elevados. A contração da produção agrícola

demonstra claramente o fato de que a efetividade produtiva alcançada pela indústria petrolífera não conseguiu ser integrada ao desenvolvimento do restante da economia venezuelana (Cano, 2002).

Já nesses primeiros momentos, tendo como ponto de partida o referido definhamento da produção agrícola, o desafio apresentado à política econômica venezuelana passou a corresponder à necessidade de se gerar soluções eficientes ao cenário da desmedida primazia do setor petrolífero. Assim, a problemática se tornou central para a agenda dos tomadores de decisão, os quais, ao longo de todo o século XX, falharam em construir soluções duradouras que aplacassem o “defeito econômico estrutural” do país: o fato de a maior parcela das receitas obtidas provirem da arrecadação gerada, por meio da cobrança *royalties*, não de uma variedade de setores interligados em cadeias produtivas, mas sim da captação de um único ativo, sendo este uma matéria orgânica não renovável, cuja realização comercial ocorre, majoritariamente, fora das fronteiras venezuelanas. Trata-se, portanto, de uma atividade econômica em que não se produz; capta-se (Fagiolo, 2009).

Ao se materializar esta perniciosa realidade, restava claro que os aportes provenientes da atividade petrolífera consubstanciavam uma renda de natureza eminentemente extrativista, a qual, a priori, resulta na maior circulação de capital e, conseqüentemente, no aumento nos níveis de consumo. Contudo, tendo em vista o já mencionado definhamento dos setores produtivos “tradicionais”, em vez de se tornar uma nova e eficiente fonte de acumulação, os “petrodólares” tendem a se tornar um agente progressivamente parasitário para o desenvolvimento econômico da nação.

Firma-se, com isso, a estrutura rentista, a qual apresenta forte tendência a produzir um cenário caracterizado pelo contraste entre o nível de renda apresentado pelo país e o seu efetivo grau de desenvolvimento. Ou seja, materializa-se a situação de “subdesenvolvimento com abundância de divisas”, realidade considerada *sui generis* no contexto do capitalismo dependente dada à potencialidade de acometimento da chamada “doença holandesa”, a qual contribui negativamente para o desenvolvimento econômico das nações com tal especificidade. Sobre o tema, complementam Schuldt e Acosta (2006, p. 12):

*El ingreso abrupto y masivo de divisas lleva a una sobrevaluación del tipo de cambio y a una pérdida de competitividad, perjudicando al sector manufacturero y agropecuario exportador. Ya que el tipo de cambio real se aprecia, los recursos migran del sector secundario a los segmentos no transables y a la rama primario-exportadora en auge, distorsionando la estructura de la economía, al recortar los fondos que pudieran ir precisamente a los sectores que propician mayores valores agregados, niveles de empleo, progreso técnico y efectos de encadenamiento [...] A lo anterior se suma el hecho, bastante obvio (y, desgraciadamente, necesario, y no solo por razones tecnológicas), de que, a diferencia de las demás ramas económicas, la actividad minera y petrolera absorbe poco –aunque bien remunerado– trabajo directo e indirecto, es intensiva en capital y en*

*importaciones, contrata a sus empleados directivos y calificados en el exterior y utiliza casi exclusivamente insumos y tecnología foráneos.*

Assim, o “excesso” de divisas e a maneira pela qual tais recursos são administrados consolidaram um sistema marcado pela propensão estrutural à hiperinflação e, também, pela concentração pronunciada da renda, fatores estes que, por sua vez, dificultam sobremaneira a incorporação de significativa parcela da população à atividade produtiva. O referido inconveniente é agravado pela pouca capacidade de absorção da força de trabalho nesse tipo de atividade. Também por isso, percebe-se a exploração do petróleo na Venezuela como uma atividade efêmera, não-nacional e, em certa medida, lesiva às estruturas político-econômicas estabelecidas no país (Pérez Alfonso, 1971).

Neste cenário, para tentar minimizar os “efeitos colaterais” ocasionados pela manutenção e aprofundamento do rentismo petrolero, diferentes governos firmaram como meta de suas administrações – cada um à sua maneira e a partir das mais variadas conjunturas – a ampliação e diversificação do sistema produtivo venezuelano. Catalisados pelos “petrodólares”, firmou-se posição no sentido do utilizá-los para o estabelecimento de políticas de fomento à industrialização, por meio do modelo de substituição de importações.

Importante mencionar, aqui, o governo de Rómulo Betancourt (1959-1964) como o que, de maneira mais agressiva, colocou em prática a política de investimentos públicos objetivando a consolidação do progressivo aumento da produção interna do país e a correspondente diminuição das suas importações. Para isso, parte considerável do orçamento foi utilizada para incentivar a instalação de plantas industriais, sobretudo nas indústrias têxtil e de calçados, bem como nos ramos de montagem de automóveis e produtos eletroeletrônicos. Aos créditos para o fomento industrial foram acrescidos decretos de proteção contra as importações nesses setores. Entretanto, as grandes dificuldades enfrentadas para tornar eficientes tais medidas limitaram a dinâmica de crescimento dessas indústrias, sendo a principal delas a incapacidade de promover o devido escoamento da produção, tendo em vista o atrofiado mercado interno venezuelano (Melcher, 1994).

Mesmo assim, em especial a partir da década de 1960, as instâncias governamentais continuaram a assumir novas e importantes funções ao realizar substanciais investimentos em setores produtivos da economia, dessa feita, majoritariamente, nas áreas de siderurgia e da indústria petroquímica. Nesse contexto, o Estado venezuelano converteu-se num importante investidor, organizando a produção, não só do petróleo como também da siderurgia e das poucas indústrias voltadas à exportação (notadamente a petroquímica, a de alumínio e a metal-mecânica). Doravante, até a década de 1980, o capitalismo de Estado firmar-se-ia como o modelo de desenvolvimento adotado no país (Añez, 2003).

Em que pesem a ênfase e o comprometimento em relação às políticas voltadas à substituição de importações, as características de nação mineradora-exportadora-urbana não arrefeceram. Na prática, o país acabou por reafirmar seu sistema de desenvolvimento baseado, essencialmente, na exploração de um único recurso (não renovável), situação esta que, conforme já exposto, fez da indústria e da agricultura nacionais setores estruturalmente atrofiados. Assim, aprofundou-se a grave contradição entre os extraordinários ingressos petrolíferos e uma base industrial e agrária quase inexistente, fazendo com que grande parte da demanda de insumos básicos fosse satisfeita preponderantemente por meio de importações.

Como consequência do elevado acúmulo de divisas gerado pelo “choque do petróleo” de 1973, o qual catapultou os preços do combustível em quase 400%, a grave crise econômica que afetou grande parte da América Latina já no início da década de 1970 chegou à Venezuela com certo atraso. Porém, os efeitos decorrentes dela se mostrariam implacáveis também para a nação caribenha. Os efeitos gerados pela extrema dependência em relação ao comércio petrolífero, já no início da década de 1980, tornaram-se incontroláveis.

As causas da crise venezuelana naquele contexto eram, essencialmente, duas: primeiro, graças à grande dimensão da crise econômica internacional, houve significativa perda no volume e no dinamismo das exportações petrolíferas e, segundo, a incapacidade de se sustentar o processo de industrialização num contexto de abundância de renda, o qual atraía os recursos para atividades terciárias majoritariamente conectadas com o consumo e não com a produção em si. Reafirmou-se, nesse sentido, a desastrosa relação inversamente proporcional entre os ingressos petrolíferos e o crescimento econômico (Melcher, 1994).

Esta realidade perdurou ao longo de toda a “década perdida” e se estendeu durante os anos 1990, quando já era fato consumado a falência do modelo de substituição de importações até então praticado. Nesse sentido, o início da administração Chávez (em 1999) caracterizou-se pela péssima “saúde” da economia nacional. Os índices registrados durante o ano de 1998 mostraram-se críticos, pois as restrições impostas por conta do pronunciado aumento da dívida externa e pela contração financeira eram bastante significativos. Naquele ano, as reservas internacionais venezuelanas caíram em cerca de US\$ 3 bilhões. O déficit fiscal representava aproximadamente quatro pontos percentuais do total do Produto Interno Bruto. A queda do ingresso petrolífero fez o endividamento externo atingir a exorbitante cifra de US\$ 8,8 bilhões. Os reflexos da crise eram evidentes: estancamento do crescimento produtivo (crescimento de, apenas, 0,2% no PIB em 1998) e pronunciada tendência ao aumento dos indicadores de pobreza e das taxas de desemprego (VERA, 2005).

Tinha-se, então, um cenário pouco favorável à Chávez no início de sua gestão: tendo em vista seu discurso que buscava abertamente a ruptura com o regime *puntofijista*<sup>3</sup>, havia grandes expectativas por mudanças estruturais da situação sociopolítica do país; contudo, a fase desfavorável do ciclo petrolero tornava muito difícil o manejo macroeconômico necessário para dar respostas ao quadro de miséria que assolava grande parte da população venezuelana.

## 2. Marcos gerais da atividade petrolera em tempos de Chávez (1999-2013)

Empenhada em neutralizar as medidas de liberalização econômica amplamente encampadas pelos governos imediatamente anteriores ao seu (Carlos Andrés Pérez e Rafael Caldera), inclusive e em especial aquelas direcionadas à privatização das atividades petroleras, a administração Chávez apostou na viabilização de um modelo alternativo que pretendia inaugurar uma nova política no setor, denominada *Internalización Petrolera*.

Saliente-se que Rafael Caldera, o antecessor de Chávez, flagrantemente pressionado pela “Onda Neoliberal” que, por meio do “Consenso de Washington”, assolou a América Latina, levou a cabo o projeto denominado “*Apertura Petrolera*”. Por meio dela, instituiu-se um agressivo programa de transferências do setor público para o setor privado das atividades relativas à prospecção, refinamento e comercialização do combustível. Mesmo sendo notória a grave crise social que deixava 66,7% dos venezuelanos abaixo da linha de pobreza, o próprio governo propôs reduzir o valor do imposto pago pelas empresas petroleras multinacionais a título de royalties dos 16% previstos em lei para irrisórios 1%. O Congresso venezuelano aprovou as linhas mestras da abertura e, já em 1996, 8 contratos foram assinados com empresas estrangeiras para a exploração privada de campos inativos ou marginais no país.

O plano era, em linhas gerais, recuperar a administração dos recursos provenientes do petróleo, a qual, naquele momento, estava descolada do governo e hegemônica pela PDVSA (*Petróleos de Venezuela S.A.*). Esta, por sua vez, apesar de ser uma empresa estatal, gozava de elevado grau de autonomia ante o Estado venezuelano. Sobre o tema, ainda em 1978, alertava Juan Pablo Pérez Alfonzo (apud Lander, 2004, p. 25):

*Pdvsa debe ser instruida en las líneas de la política general que le permitan conocer con precisión los intereses nacionales tan importante que le han confiado*

---

<sup>3</sup> O Regime de “*Punto Fijo*”, também conhecido por “*puntofijismo*”, representava a coalizão liderada pelos partidos “*Acción Democrática*” (AD) e “*Partido Socialcristiano*” (COPEI). Pactuado em 31 de outubro de 1958, o acordo se prestava à definição de uma agenda que reduzisse as diferenças programáticas, as expectativas e os planos políticos das duas agremiações partidárias. Assim, estabeleceu-se um amplo e hegemônico consenso entre sindicatos patronais e de trabalhadores, a igreja, as Forças Armadas e outras entidades civis que garantiam, na prática, a estabilidade política da nação, sendo esta chancelada pelo expresso apoio dos Estados Unidos. O “*Pacto de Elites*” durou aproximadamente três décadas, sendo rompido exatamente com a eleição de Hugo Chávez, em 1998.

*defender. Es inadmisible la situación actual de considerarse [Pdvs] como un ente aislado de los accionistas, el pueblo venezolano, y que se consideren autorizados para tomar las más importantes decisiones como si ellos fueran los dueños de la principal riqueza nacional. Es absurdo que imaginen decidir a su arbitrio, haciendo caso omiso de la política de defensa nacional. No puede aceptarse que Pdvs fije motu proprio que el signo de la industria en los años por venir seguirá siendo la expansión en todos los órdenes de sus actividades.*

Em oposição a esta realidade então consolidada, a iniciativa pela reconstituição da soberania estatal sobre o petróleo auxiliou a justificar a empreitada pela refundação dos marcos institucionais venezuelanos, levada a cabo logo no primeiro ano do governo, por intermédio da instalação da Assembleia Nacional Constituinte. A consequente aprovação do novo texto constitucional (ainda em 1999) impediu que avançassem as iniciativas de privatização da PDVSA, cujas funções e competências precípua ficaram constitucionalmente restritas aos elementos operacionais da produção de hidrocarbonetos, reservando ao Estado maior controle sobre os contratos de exploração e produção (conforme dispõe o artigo 302 da Constituição Bolivariana).

### **2.1. A estratégia inicial: protagonismo do Governo, colaboração com as transnacionais**

Desde seu início, o governo Chávez encampou a estratégia de reivindicar os aportes petrolíferos como base de sustentação financeira do modelo de desenvolvimento proposto pelos bolivarianos. Importante mencionar, também, que, ao longo do primeiro triênio do governo (1999-2001) e ao contrário do que se poderia esperar – tendo em vista sua oratória “contra-hegemônica” propalada ao longo da campanha eleitoral – Chávez optou por preservar parte das políticas econômicas de orientação neoliberal herdadas do governo anterior. Nesse contexto, dentre outras medidas, manteve-se o sistema de bandas cambiais como mecanismo de controle inflacionário, além do estabelecimento de uma série de restrições fiscais visando à contenção dos gastos públicos, sem que fossem, entretanto, alcançados resultados expressivos (Cano, 2002).

Consequentemente, Chávez não teve a oportunidade de executar uma política agressiva de investimentos em políticas sociais nesse período inicial. O déficit fiscal moderado (na ordem de 1,8%) aferido ao término de 1999 é prova da gestão conservadora em relação aos gastos públicos durante o primeiro ano da presidência chavista (Severo, 2004). Por sua vez, a majoração da carga tributária – “remédio macroeconômico” colocado em prática por Chávez para elevar a arrecadação – na prática se fez sentir mais entre a parcela da população que menos pagava impostos e, portanto, tinha menos renda. Tais medidas contribuíram ativamente para a diminuição do consumo interno que, por sua vez, causou acentuada retração econômica, com o PIB registrando queda na ordem de 6,1% durante o primeiro ano de administração bolivariana. A taxa de desemprego subiu de 11,4 para



14,51%, sendo que mais da metade dos venezuelanos com postos de trabalho se encontravam no setor informal da economia (Vera, 2005).

No contexto do cenário amplamente recessivo acima apresentado, a atuação da política externa despontou como importante instrumento de estabilização econômica, sobretudo mediante a efetivação de acordos internacionais negociados no âmbito da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), os quais retomaram as tratativas entre os países exportadores visando restringir significativamente a oferta do combustível no mercado internacional. Tais negociações se deram, especialmente, durante a Segunda Cúpula de chefes de Estado da OPEP, realizada em Caracas, em setembro do ano 2000, tendo sido implementadas de maneira bem-sucedida, o que estimulou a recuperação do preço do petróleo gerando, por conseguinte, a paulatina melhoria da renda pública venezuelana (a variação entre o preço do barril no momento em que Chávez assume, US\$ 10,41, e a consolidação da nova política de quotas de produção encampada pela OPEP é expressiva: o preço do barril passa a US\$ 32,33, em novembro do ano 2000).

Portanto, foi de fundamental relevância o esforço estratégico empreendido pela diplomacia bolivariana que, por meio da rearticulação do regime de quotas da OPEP, consolidou o esteio financeiro sobre o qual se deu o fortalecimento das bases necessárias para o avanço dos projetos, internos e internacionais, auspiciados pelo governo Chávez. Portanto, e como de praxe em se tratando de Venezuela, o rentismo petrolífero foi mobilizado para afiançar e salvaguardar o governo em exercício (Boersner, 2009).

Marcado por tal conjuntura, elaborou-se o *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)*, documento síntese do projeto de desenvolvimento a ser implementado pelo governo bolivariano ao longo daquele período. Afeito à tradição neoestruturalista do pensamento cepalino (Cano, 2002), o Plano buscou consolidar políticas de desenvolvimento endógenas compatíveis com as propostas de integração entre a economia nacional protagonizada pelo Estado e o mercado energético internacional, lançando as bases para a regulamentação pública sobre os negócios petrolíferos. Foi nesse sentido que, por iniciativa do Poder Executivo, instituiu-se a *Ley Orgánica de Hidrocarburos* que, dentre outras determinações, conferia competência exclusiva ao *Ministerio de Energía y Minas* (atual *Ministerio del Poder Popular del Petróleo*, MINPET) no direcionamento das atividades de exploração, produção, refino e comercialização do petróleo. Alavancava-se, assim, o controle governamental sobre a administração dos recursos naturais e sobre o planejamento de políticas públicas, até então majoritariamente orientadas pela burocracia da PDVSA (Martinez, 2011).

Catapultado, pois, pela recuperação do preço do barril do petróleo – o valor do barril subiu de US\$ 30,75 em janeiro de 2003 para US\$ 131,52 em junho de 2008 – e recuperado dos gravíssimos prejuízos decorrentes da greve patronal na PDVSA, houve condições, entre 2003 e 2008, para se experimentar um vigoroso crescimento econômico. Saliente-se que a paralisação das atividades da PDVSA entre novembro de 2002 e fevereiro de 2003, momento que ficou conhecido como *paro petrolero*, ocorreu como resposta/sabotagem à implementação das diretrizes regulatórias propostas pela Lei de Hidrocarbonetos de 2001. O *lock-out* trouxe à superfície as hostilidades políticas latentes entre o governo bolivariano e a gerência da empresa.

O alargamento da margem de ação governamental na economia, derivado do dinamismo conferido às medidas intervencionistas e salvaguardado pela captação de volumes de excedentes cada vez mais robustos, contribuiu para o desmonte dos arranjos outrora erigidos pela política de *Abertura Petrolera* e, concomitantemente, para a ampliação qualitativa das linhas da reforma do setor petrolífero.

Esta conjuntura propiciou o incremento nos investimentos públicos (em especial em políticas sociais) praticamente na mesma proporção do aumento percebido nos preços do combustível. Em consonância com o prometido durante a segunda campanha eleitoral (2001), Chávez passou a ter condições para dar vazão à sua ambiciosa “agenda social”, aumentando ininterruptamente os montantes investidos pelo Estado nos programas de combate à pobreza e à exclusão social (conforme demonstra o quadro nº 1):

**Quadro 1: Investimentos em Políticas Sociais na Venezuela (1998-2006)**

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Gasto Público Total (% do PIB)</b>	23,7	24,5	29,6	31,6	29,4	31,0	28,4	28,5	31,0
<b>Gasto Social Total (% do PIB)</b>	8,2	9,4	11,0	12,1	11,1	12,1	11,8	11,6	13,6
<b>Gasto Social (% do Gasto Público)</b>	34,7	38,5	37,7	38,4	38,2	39,0	41,4	40,6	44,0

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Weisbrot e Sandoval (2007, p.12)

Assim, a proeminência do poder executivo em detrimento da autonomia administrativa historicamente praticada pela PDVSA significou a consolidação de um novo *modus operandi* de rentismo que, ao reforçar o caráter público da renda petroléira, legitimou a alocação dos excedentes, até então reaplicados em favor da própria empresa, para o financiamento de políticas de desenvolvimento econômico e social, denominadas *misiones bolivarianas*. Sobre a relação entre o

ingresso petrolero e o investimento em programas sociais no período aqui tratado, complementa Martinez (2001, p.13):

*Desde el 2000, el petróleo ha aportado en promedio más del 51% del total de los ingresos fiscales nacionales. En 2006, éste apporto el 56% de tales ingresos. El petróleo representó el 77% del total del valor de las exportaciones venezolanas en 1997; en 2006, representó el 89%. En 2006, el gobierno nacional recibió de la estatal petrolera 39 mil millones de dólares, un 44% más con respecto a los 25 mil millones trasferidos durante el año 2005. Cerca de un tercio del aporte de 2006 fue gastado por el ejecutivo nacional en sus programas sociales.*

Importante mencionar, também, os esforços realizados no sentido de consolidar um modelo de produção que buscava fomentar a integração entre as distintas cadeias produtivas, vislumbrando lograr, no médio-longo prazo, a diversificação produtiva e a gradual substituição do investimento público pelo capital privado como motor da atividade econômica (Pérez, 2012). De acordo com os dados levantados por Severo (2006), a partir das informações divulgadas pelo Banco Central da Venezuela, no quarto trimestre de 2005 houve crescimento na ordem de 10,2% no PIB, índice este que marcava a nona elevação trimestral consecutiva. Por sua vez, este crescimento foi gerado, majoritariamente, pelas atividades produtivas não relacionadas com o petróleo, a saber: construção civil (28,3%), comércio (19,9%), transporte (10,6%) e indústria manufatureira (8,5%). Estas taxas foram substancialmente maiores do que o crescimento percebido no setor de hidrocarbonetos (2,7%).

## **2.2. Do modelo produtivo endógeno à tentativa de construção do “Socialismo Bolivariano”**

Estes resultados, bem como a conjuntura político-econômica interna e internacional favoráveis, permitiram aos bolivarianos, paulatinamente, incorporarem auspiciosas propostas ao plano de governo, as quais contribuiriam para o estabelecimento de um novo modelo de desenvolvimento a ser perseguido: o chamado “Socialismo do Século XXI” que, de acordo com Dieterich (2005, p.01), seria:

*Un socialismo ambientado al siglo XXI [...] una teoría científica, ética y estética sobre la transición del capitalismo contemporáneo hacia la civilización post burguesa [...] Hugo Chávez se catapultó a la vanguardia del debate mundial, al proclamar la necesidad de seguir alejándonos del capitalismo e inventar el socialismo del siglo XXI, de carácter democrático y participativo.*

A proposta era inovadora, porém seu “fiador” era o mesmo: o setor rentista-petrolero mostrava-se fundamental para a articulação de tal empreitada. Havia, porém, uma importante modificação no que concernia ao manejo e às participações devidas aos atores envolvidos no negócio. O modelo de exploração até então praticado, pautado em negócios compartilhados entre o Estado e as empresas transnacionais que operavam nos campos, cederia lugar à fundação das chamadas “empresas de

capital misto”. Almejando o incremento no volume de produção (o que, em tese, iria de encontro às políticas restritivas estabelecidas pela OPEP) e tendo como marco legal os “convênios operativos”, o processo de migração às empresas mistas consistia na criação de consórcios cujo custo de investimento para a exploração e produção de hidrocarbonetos variaria conforme a participação dos acionistas, sendo que, em todos os casos, mandatoriamente, a PDVSA deveria figurar como sócia majoritária (Martinez, 2011).

Na prática, o novo sistema buscou reduzir a participação do capital transnacional nos negócios petroleiros realizados na Venezuela ao proporcionar maior controle estatal sobre suas operações, assegurando ao Estado mais dividendos, através do aumento nas taxas de acesso ao petróleo e da adoção de um sistema de compensação financeira que limitou o pagamento às empresas contratadas em 2/3 (66,67%) do valor total de hidrocarbonetos produzidos, fora os *royalties*. Salieta Pérez (2012) que tais medidas produziram substancial incremento da apropriação direta da renda petroleira, em especial a partir da adoção de um novo regime fiscal (consolidado no ano de 2005), o qual resultava na majoração da taxa efetiva dos *royalties* devidos ao Estado, bem como da adoção de alíquotas sobre a variação dos preços finais do barril.

Ao assegurar mais recursos, o governo bolivariano passou a, sistematicamente, destinar parcela significativa dos petrodólares para a consolidação de medidas de alavancagem financeira através, preponderantemente, da concessão de crédito ao sistema produtivo nacional, sobretudo a partir de fundos especiais como o *Fondo para el Desarrollo Económico e Social del País* (FONDESPA), e, posteriormente, o *Fondo de Desarrollo Nacional* (FONDEN), vinculado aos recursos do Banco Central (BCV).

*Habrà de entenderse que este nuevo rumbo, [al socialismo bolivariano], hubo de aguardar el surgimiento de un ambiente de bonanza económica y una considerable fortaleza política para germinar. La bonanza llegó con el auge de precios y la fortaleza advino con el cese de la confrontación interna junto a la conformación de una mayoría política indisputable en el seno de la Asamblea Nacional en 2005 (Pérez, 2012, p. 27).*

Ainda no que se refere aos aspectos organizacionais da economia bolivariana em tempos de tentativas de construção do “Socialismo do Século XXI”, foram consolidadas iniciativas no sentido de promover a progressiva incorporação de entidades econômicas privadas e estatais à dinâmica das denominadas “Empresas de Produção Social”. O documento oficial expedido pelo governo bolivariano assim define tais empresas:

*Son Empresas de Producción Social (EPS) las entidades económicas dedicadas a la producción de bienes o servicios en las cuales el trabajo tiene significado propio, no alienado y auténtico, no existe discriminación social en el trabajo y de ningún tipo de trabajo, no existen privilegios en el trabajo asociados a la posición jerárquica, con igualdad sustantiva entre sus integrantes, basadas en una*

*planificación participativa y protagónica. En las EPS los trabajadores se apropiarán del excedente económico resultante, que se repartirá en proporción a la cantidad de trabajo aportado; la gestión será democrática y participativa y el peso relativo de la participación será con base en la persona y no con base en el capital aportado (Venezuela, 2007, p.23).*

Almejava-se que a ampliação da base material de produção e a integração entre cadeias produtivas regionais resultassem no fortalecimento das unidades de economia popular, cujas células organizativas fundamentais derivariam do processo de institucionalização das *misiones* e demais unidades associativas já existentes. Este ambicioso redesenho da estrutura produtiva exigiria, por sua vez, a difusão de uma nova arquitetura institucional-societária, na qual experiências organizativas comunitárias, embasadas por pressupostos participativos, canalizariam mecanismos de planificação democrática em meio aos diversos poderes (Venezuela, 2007).

O fomento de instâncias participativas de enfoque democrático-protagônico, pensadas a partir dos *Circulos Bolivarianos* e orientadas à elaboração de planos de desenvolvimento local (os quais considerassem o grau de utilidade social das atividades econômicas e a identificação das potencialidades socioeconômicas de cada região), consolidou-se com a promulgação, em 2006, da *Ley de los Consejos Comunales* e, posteriormente, em 2010, por meio da *Ley Orgánica de las Comunas*.

Estas medidas demandavam uma pronunciada alteração no cerne da política econômica auspiciada pelos bolivarianos: abria-se mão do neoestruturalismo plasmado no *Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)* e avançava-se em direção ao planejamento econômico centralizado, abertamente inspirado na experiência cubana, no contexto do segundo plano de desenvolvimento, proposto para o interregno 2007-2013. A afirmação do Estado como proprietário majoritário, gerente e distribuidor da renda petroleira, por sua vez, daria vazão à descentralização administrativa, buscando consolidar a progressiva atribuição de caráter comunal à propriedade estatal (Venezuela, 2010).

Ciente dos “efeitos colaterais” típicos do rentismo petroleiro sobre os demais setores produtivos, a alternativa de desenvolvimento proposta pelos bolivarianos vaticinava como uma de suas premissas fundamentais o esforço centrado na superação da condição rentista e exportadora de *commodities* que caracterizava a economia venezuelana contemporânea. O projeto de consolidação do que seria o “*Socialismo Productivo Venezolano*” considerava imprescindível o fomento à importação de tecnologias para, assim, desenvolvê-las internamente, de maneira autônoma e sustentável, mediante a obrigatoriedade da transferência tecnológica junto aos consórcios petroleiros, bem como o aumento no fomento científico a partir dos recursos oriundos do setor

petroquímico. No mesmo sentido, buscou-se aportar investimentos para o desenvolvimento da indústria básica com o intuito de mitigar a hiperconcentração do capital no setor petrolífero e, assim, diversificar as fontes de financiamento para além dos ingressos rentistas (Venezuela, 2007).

Contudo, paradoxalmente, a apropriação dos excedentes petroleiros por parte do Estado foi acompanhada, na prática, por uma expressiva acentuação do volume de exportação de capitais. Tampouco foram encorajadores os resultados sobre a produtividade do setor industrial não-petrolífero e do setor agrícola. Sobre as referidas dificuldades complementa Ouriques (2015, p. 26):

*Las recientes medidas de política económica no hicieron más que agravar la fuga de capitales, especialmente después del 2005, momento en que la transferencia se volvió más fuerte todavía. [...] A partir del 2007 la fuga se acentuó bruscamente superando todos los promedios históricos e igual comportamiento podemos verificar con la expansión de la masa monetaria. [...] Los datos aunque poco confiables indican que la producción de los principales rubros de alimentación nacional no avanzan hace años. Hay incluso indicación de que en muchos casos retrocede. En pocas palabras: la política agrícola de la revolución no contribuye para enfrentar el proceso inflacionario. Además, contribuye para el fortalecimiento del rentismo petrolero, [...]. Así, se puede afirmar que el gobierno de la Revolución que busca con fuerza un sistema productivo socialista termina por fortalecer la característica más evidentemente parasitaria del capitalismo en Venezuela.*

Nesse sentido, em que pese o esforço bolivariano, a programada transição pós-capitalista não se estabeleceu de maneira bem sucedida. Apesar de o governo ter empreendido um importante esforço financeiro destinado ao incremento dos gastos sociais – diminuindo, assim, a pobreza e a desigualdade econômica entre as classes – não ocorreram avanços significativos capazes de solucionar o maior entrave para o sustentável e contínuo desenvolvimento do país: a economia venezuelana continuava a ser extremamente dependente dos recursos oriundos do comércio petrolífero. No decorrer da administração bolivariana, ou ao menos até a parte final da segunda gestão chavista, estes continuaram a representar aproximadamente 80% do total das exportações efetuadas pelo país, cerca de 30% de seu Produto Interno Bruto e mais da metade das receitas fiscais do Estado (Vera, 2005).

Assim, ainda que comprometido com a tentativa de promover a ampliação do poder popular no país, os bolivarianos não lograram êxito em, de fato, implementar a alteração do modo de produção consolidado na Venezuela exatamente por não conseguir se desvencilhar do rentismo petrolífero como fonte hipertrofiada da atividade econômica nacional. O efeito pendular da variação do preço do barril no mercado internacional, até então amplamente favorável aos venezuelanos, passaria a, paulatinamente, alterar a sua rota, implodindo as bases econômicas responsáveis pelo financiamento dos dispendiosos projetos sociais bolivarianos.

A partir de agosto de 2014 percebe-se uma brusca queda no preço do barril de petróleo. Aquele mês é o último em que o valor se mantém na casa dos três dígitos (US\$ 100,05) desvalorizando-se em aproximadamente dois-terços (US\$ 29, 78) em menos de um ano e meio (janeiro de 2016). Não por acaso, esse é o período em que a Venezuela passa a enfrentar uma das mais graves crises socioeconômicas de sua história. Sobre o tema, complementa Lander (2014):

*La crisis económica se ha profundizado. Durante los años 2013-2014, la lógica expansiva del gasto público con base rentista ha entrado en crisis con un déficit fiscal, difícil de estimar sobre la base de las cifras oficiales, pero estimado por algunos analistas en torno al 15% del producto. Se ha dado una baja sostenida de las reservas internacionales, que para el primer semestre del año 2014 habían descendido a \$ 21.604 millones, menos de la mitad de las reservas existentes en el primer semestre del año 2008. Entre los años 2008 y 2013, la deuda externa prácticamente se duplicó. El incremento sostenido de la masa monetaria sin un aumento correspondiente de la oferta de bienes y servicios contribuye a acentuar las presiones inflacionarias. La muy elevada inflación del año 2013 (56,2%) no solo no se ha frenado en el año 2014, sino que se ha acelerado. La variación inter anual de precios entre agosto 2013 y agosto 2014 fue de 63,4%. Esta ha sido mayor en el caso de los alimentos.*

### **Considerações Finais**

Conforme este texto buscou demonstrar, não houve, ao longo dos mandatos presidenciais exercidos por Chávez, a tão auspiciada diversificação do aparelho produtivo venezuelano de maneira efetiva e sustentada, de modo que a Venezuela ainda é refém da oscilação do preço do combustível no mercado internacional para a realização de suas políticas públicas. Nesse sentido, a multiplicação dos programas sociais majoritariamente financiados pelos recursos vinculados ao orçamento ordinário da PDVSA faz com que ocorram sérios questionamentos quanto à eficiência e durabilidade de tais projetos, uma vez que não há garantias reais de que estes se sustentem nos momentos cíclicos em que o valor do barril do petróleo se desvaloriza (Gómez & Alarcón, 2003).

Nesse cenário, o esforço levado a cabo pelos bolivarianos para anunciar a implementação de um novo modelo econômico e político de desenvolvimento – o “Socialismo do século XXI” – não garante que, de fato, uma revolução socialista esteja em curso no país. Longe disso. A argumentação aqui exposta aponta que, estruturalmente, o projeto bolivariano está avalizado pelo velho e danoso capitalismo rentista petroleiro. O lucro obtido com o comércio internacional do combustível foi, em última e definitiva instância, o financiador das atividades e projetos empreendidos pelo governo bolivariano.

No mesmo sentido, o combustível venezuelano continua a ser um importantíssimo ativo energético que sustenta a produção capitalista em escala global, contribuindo, inclusive, para a deterioração cada vez maior das condições ambientais que atualmente se apresentam. Difícil sustentar, assim, a consolidação de práticas anticapitalistas quando, na prática, permanece-se

alimentando e provendo o manancial energético necessário para a manutenção e expansão do modo de produção vigente.

Esta situação reafirma os malefícios causados por um sistema econômico dependente do rentismo petrolífero onde não se produzem riquezas, empregos e desenvolvimento, mas, sim e apenas, renda e lucro (os quais, majoritariamente, são repassados aos agentes transnacionais). E tais lucros – distribuídos, burocraticamente, por meio de programas sociais – acabam por amortecer grande parte do potencial disruptivo do conflito de classes estabelecidos no país (Weisbrot & Sandoval, 2007).

Cumprido salientar, por fim, que mesmo se houver uma nova escalada nos preços do combustível no mercado internacional, as dificuldades estruturais enfrentadas pela Venezuela não estarão definitivamente solucionadas, pois o país permanecerá atrelado ao rentismo e, conseqüentemente, aos seus efeitos pendulares e colaterais decorrentes do “paradoxo da abundância”. Nesse sentido, e em especial no presente momento em que o país enfrenta uma terrível crise humanitária – causada, em muito, pela desumana sabotagem imposta pelos interesses escusos do império estadunidense – a presente conjuntura político-econômica não dá sinais de que a imprescindível diversificação do aparelho produtivo nacional, finalmente, venha a ocorrer.

A manutenção da estrutura atual perpetua, assim, a posição subalterna e dependente do país no contexto da divisão internacional do trabalho, tornando improvável a efetividade de políticas públicas – domésticas e internacionais – desenhadas para conferir maior proeminência à Venezuela no âmbito das relações econômicas internacionais. E essa ignóbil situação se dá, não pela falta de vontade e/ou de iniciativas que buscam transgredir o atual *status quo*, mas sim pela inexorável necessidade do capitalismo de promover a exploração do trabalho, quer seja no contexto interno (por meio da extração da mais-valia) quer seja no sistema internacional (via “divisão internacional do trabalho”).

## Referências

- AÑEZ, C. (2003) Empresas de producción social: Forma de organización socioproductiva en el marco de la economía social en Venezuela. **Revista Actualidad Contable**, 14 (23): 74-87.
- BAPTISTA, A. (1991) **Bases cuantitativas de la economía venezolana, 1830-1989**. Caracas: Comunicaciones Corporativas.
- \_\_\_\_\_. (2006) **Bases cuantitativas de la economía venezolana, 1830-2002**. Caracas: Comunicaciones Corporativas.
- BOERSNER, D. (2009) Incidencia internacional de la política exterior venezolana. **Nueva Economía**, 17(29): 68-97.



- CANO, W. (2002) Venezuela: limites para uma nova política econômica. **Revista Economia e Sociedade**, 11(1): 95-127.
- CHÁVEZ, H. (2014) **Agenda Alternativa Bolivariana**. Caracas: Ediciones Correo del Oniroco.
- CÓRDOVA, A. (1963) **La estructura económica tradicional y el impacto petrolero en Venezuela**. Caracas: Banco Central de Venezuela. Tomo I.
- DIETERICH, H. (2005) **Hugo Chávez y el Socialismo del Siglo XXI**. Caracas: Alcaldía de Caracas.
- ERASO, G. (2001) **Sembrando el petróleo: 100 años de historia**. Caracas: Fundación Venezuela Positiva.
- FAGIOLO, M. (2009) La influencia de la renta petrolera en el desarrollo de la economía social en Venezuela, 1998 – 2009. **Cayapa**, 9(18): 93-118.
- FURTADO, C. (2008) Notas sobre a economia venezuelana e suas perspectivas atuais. In FURTADO, C. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas**. Rio de Janeiro: Centro internacional Celso Furtado.
- GÓMEZ, I.S.; ALARCÓN, L.F. (2003) Política social y construcción de ciudadanía en Venezuela. **Multiciencias**, 9(2): 168-175.
- LANDER, L. (2004) La Insurrección de los gerentes: Pdvsa y el gobierno de Chávez. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, 10(2): 13-32.
- LANDER, E. (2014). **Venezuela: ¿crisis terminal del modelo petrolero rentista?**, publicado em Democracia Sur: [<http://democraciasur.com/2014/11/14/venezuela-crisis-terminal-del-modelo-petrolero-rentista/>] Disponibilidade: 03/03/2021.
- MARINGONI, G. (2004). **A Venezuela que se inventa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- MARTINEZ, J. (2011) La Política petrolera del gobierno Chávez o la redefinición del Estado ante la globalización neoliberal. **Historia Actual Online**, 24(1): 7-15.
- MAZA ZAVALA, D. (2001) **Lo bueno y lo malo del petróleo en el siglo XX**. Caracas: Fundación Venezuela Positiva.
- MELCHER, D. (1994) La industrialización de Venezuela. **Revista Economía**, 10(1): 57-90.
- MOMMER, B. (2002) **Petróleo subversivo**. Caracas: UCV.
- MORALES ESPINOZA, A. (2009) La cuestión agroalimentaria en Venezuela. **Revista Nueva Sociedad**, 223(1): 128-145.
- OURIQUES, N. (2015) Política de desarrollo y transición al socialismo. **Revista Rebelo**, 5(1): 73-87.
- PARRA LUZARDO, G. (2009) **De la nacionalización a la apertura petrolera: derrumbe de una esperanza**. Caracas: BCV.
- PÉREZ ALFONSO, J. (1971) **Petróleo y dependencia**. Caracas: Síntesis Dos Mil.
- PERÉZ., J. (2012) El Papel del petróleo en la conformación del socialismo del siglo XXI. **Temas de Conjuntura**, 66(1): 11-46.
- SCHULDT, J.; ACOSTA, A. (2006) Petróleo, rentismo y subdesarrollo: una maldición sin solución? **Revista Nueva Sociedad**, 204(1): 71-89.

SEVERO, L. (2004) **A Política Econômica do Governo Chávez**, publicado em República Bolivariana de Venezuela, Ministerio de Finanzas: [[www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf](http://www.alternativabolivariana.org/pdf/politicaeconomica.pdf).] Disponibilidade: 03/03/2021.

SEVERO, L. (2006). **Venezuela: Petróleo semeando emancipação e crescimento econômico**, publicado em Democracia Sur: [<https://www.voltairenet.org/article141468.html>] Disponibilidade: 03/03/2021.

VALLENILLA, L. (1973) **Auge, declinación y porvenir del petróleo en Venezuela**. Caracas: Editorial Tiempo Nuevo.

VENEZUELA. (2001) **Ley Orgánica de Hidrocarburos**. Caracas: Gaceta Oficial.

\_\_\_\_\_. (2005) **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela**. Caracas: Talleres gráficos de la Asamblea Nacional.

\_\_\_\_\_. (2007) **Plan de Desarrollo Económico y Social de la Nación (2001-2007)**. Caracas: Ministerio del Poder Popular de Planificación.

\_\_\_\_\_. (2010). **Ley Orgánica de las Comunas**. Caracas: Gaceta Oficial 6.011.

VERA, L. (2005) **Liderazgo Político, Renta y Política Económica: la gestión económica en la era Chávez**. Caracas: Universidad Central de Venezuela.

WEISBROT, M.; SANDOVAL, L. (2007). **La economía venezolana en tiempos de Chávez**. Washington, D.C.: Center for Economic and Policy Research.